

Título do capítulo	CAPÍTULO 3 A PEDAGOGIA DA REPETÊNCIA
Autores (as)	Sérgio Costa Ribeiro
DOI	
Título do livro	Estudos sociais e do trabalho
Organizadores (as)	Rosane Mendonça André Urani
Volume	1
Série	
Cidade	
Editora	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
Ano	Nov. 1994
Edição	1ª
ISBN	
DOI	

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 1994

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <http://repositorio.ipea.gov.br>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

A Pedagogia da Repetência*

Sérgio Costa Ribeiro**

3.1 - Os Antecedentes

Durante os últimos 50 anos as estatísticas educacionais oficiais nos países da América Latina mostram um quadro em que a evasão escolar parece ser o principal entrave ao aumento da escolaridade e da competência cognitiva de sua população jovem.

Desde a década de 60 começam a aparecer trabalhos internacionais revelando que estes dados oficiais contêm erros sistemáticos importantes que têm conduzido os pesquisadores e autoridades educacionais destes países a análises e políticas que simplesmente não levam em conta o principal problema de fluxo de alunos nos sistemas — a excessiva taxa de repetência escolar, principalmente nas primeiras séries [cf. Davis (1966 e 1980), Schiefelbein (1975), Schiefelbein e Grossi (1981), Thonstad (1980) e Cuandra (1989)].

Foi a partir de 1985 que aqui no Brasil começou-se a propor uma metodologia alternativa para determinar indicadores educacionais utilizando dados censitários ou de grandes *surveys* como as PNADs da FIBGE (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) que são realizadas anualmente [Fletcher (1985a e b)]. Esta metodologia, modelo Profluxo [Fletcher e Ribeiro (1987 e 1989)], utiliza perguntas sobre a situação escolar de cada indivíduo entrevistado que contêm as seguintes informações:

- a) se frequenta a escola ou não;
- b) se frequenta, qual a série e grau em que está matriculado;

* Trabalho parcialmente financiado pelo projeto Análise de Sistemas de Ensino: Uma Abordagem Demográfica. Convênio: Fundação Ford/USP-Nupes/LNCC nº 905-0334. O autor agradece a Ruben Klein pela participação em alguns cálculos realizados e pelas críticas e sugestões feitas, mas assume total responsabilidade pelos erros porventura cometidos.

** Do Laboratório Nacional de Computação Científica.

c) se não frequenta, qual a última série concluída com êxito.

Assumindo que para ter concluído ou estar matriculado numa série o indivíduo concluiu com êxito as séries anteriores, é possível determinar a distribuição de ingressos e aprovados por série e por idade da população a partir dos cinco anos de idade.

Com estas distribuições e aplicando modelos matemáticos apropriados, é possível calcular uma série de indicadores educacionais com a vantagem de poderem ser desagregados por qualquer característica social ou geográfica da população, utilizando as informações contidas nos registros dos censos ou PNADs.

3.2 - Os Dados

As Tabelas 3.1 e 3.2 a seguir mostram os resultados obtidos para as taxas de promoção, repetência e evasão para os dados oficiais (Tabela 3.1) e os resultados do modelo Profluxo (Tabela 3.2) para o ano de 1982.

A mais importante discrepância observada diz respeito às taxas para a primeira série do primeiro grau.

Verificamos que a tão propalada evasão entre a primeira e a segunda série é simplesmente desprezível (2,3% da matrícula) e que a repetência, esta sim, é importante (52,5% da matrícula). Esta discrepância é consequência, entre outras, da dupla contagem dos alunos nos censos escolares que, devido às altas taxas de repetência, mudam de escola sem, no entanto, saírem do sistema ou então são rematriculados na mesma escola, como alunos novos na série.

TABELA 3.1
Transições de Série em 1982 - Taxas Oficiais

SÉRIE	REPETÊNCIA	PROMOÇÃO	EVASÃO
1ª	0.296	0.449	0.255
2ª	0.207	0.703	0.090
3ª	0.169	0.738	0.093
4ª	0.134	0.818	0.048
5ª	0.227	0.634	0.138
6ª	0.199	0.700	0.102
7ª	0.170	0.730	0.100
8ª	0.123	0.764	0.114

Fonte: SEEC (1984).

TABELA 3.2

Transições de Série 1982 - Modelo Profluxo

SÉRIE	REPETÊNCIA	PROMOÇÃO	EVASÃO
1ª	0.524	0.453	0.023
2ª	0.342	0.616	0.042
3ª	0.265	0.665	0.070
4ª	0.215	0.601	0.184
5ª	0.318	0.597	0.085
6ª	0.192	0.720	0.088
7ª	0.165	0.729	0.107
8ª	0.195	0.603	0.202

Fonte: Fletcher e Ribeiro (1988).

Esta dificuldade, de natureza metodológica, é encontrada em quase todos os países subdesenvolvidos e não se caracteriza como um problema brasileiro. Nestas circunstâncias, a evasão indicada pela estatística oficial (25,5% entre a primeira e a segunda série) é mais de 10 vezes maior que a calculada pelo modelo Profluxo. Essa diferença produz ainda outras conseqüências.

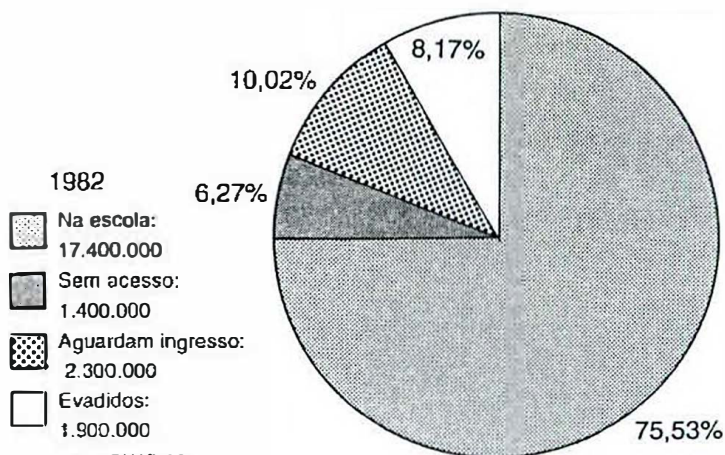
Como a criança sai da escola, mas não sai do sistema ao ser contada como nova e já ter freqüentado anteriormente a série, a idade média de ingresso no sistema aumenta causando a impressão de que há uma dificuldade de acesso ao sistema, o que não ocorre na realidade. Em 1982, pelo modelo Profluxo, antes de completar oito anos de idade mais de 70% das crianças que poderiam entrar no sistema já o tinham feito.

Essa dupla contagem provoca ainda outros erros perigosos. O número de alunos novos na primeira série indicado pelos dados oficiais está muito acima das possibilidades demográficas do país. Esse número, que não pode ultrapassar uma geração (o número de indivíduos com uma idade determinada), é, nos dados oficiais, quase o dobro do possível, o que confunde a noção de acesso à escola. Pelos dados do Profluxo cerca de 93% de uma geração têm acesso à escola no Brasil hoje. Este dado, por si só, evidencia que o acesso à escola de primeiro grau está praticamente universalizado no país, ao contrário do que é propalado de que milhões de crianças fora da escola na idade escolar é uma conseqüência da falta de matrículas para o acesso.

Em 1982, das crianças fora da escola entre sete e 14 anos (ver Gráfico 3.1) apenas cerca de 1,4 milhão não tinham acesso à escola. Essa população, no entanto, está localizada principalmente (mais de 70%) nas regiões rurais pobres do Nordeste (renda familiar *per capita* abaixo de um salário mínimo) onde os problemas de fome e saúde são os mais prementes. A educação nestas regiões deixa de ser a mais importante prioridade. A intervenção que o

Gráfico 3.1

Brasil Total - População de Sete a 14 Anos: 23.000.000



governo precisa fazer passa principalmente pelo Ministério da Ação Social e não apenas pelo da Educação.

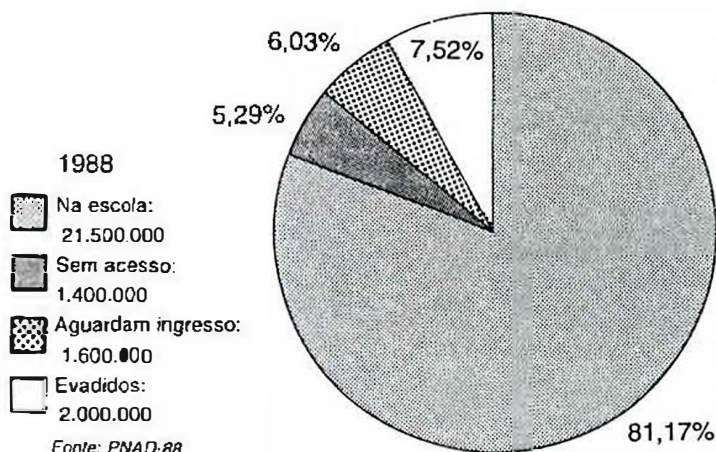
No Gráfico 3.1 observa-se ainda que uma parte das crianças fora da escola dos sete aos 14 anos vai entrar após os oito anos de idade (aguardando ingresso), o que não constitui um quadro muito grave e reflete problemas de congestionamento na primeira série, devido a repetência e falta de escolas em algumas regiões pobres do país por ausência de planejamento administrativo. O mais grave, no entanto, é constatar que cerca de 1,9 milhão de crianças abandonaram a escola nesta faixa etária, na sua grande maioria pelo excesso de repetências acumuladas.

Em 1988, a situação da população de sete a 14 anos já apresenta uma condição bem mais favorável quanto ao acesso à escola. O Gráfico 3.2 mostra isto claramente. Estamos caminhando rapidamente para a universalização do acesso à escola no Brasil. O número absoluto de crianças, nesta faixa etária, fora da escola está caindo em valores absolutos, superando inclusive o crescimento vegetativo da população.

As taxas de repetência calculadas pelo modelo Profluxo revelam que são excessivamente altas para todas as séries do primeiro grau no Brasil, mesmo para as regiões mais desenvolvidas do país e para as populações mais ricas.

Gráfico 3.2

Brasil Total - População de Sete a 14 Anos: 26.500.000



A Tabela 3.3 mostra alguns exemplos de como a repetência é alta em praticamente todas as unidades de análise consideradas.¹

Ao contrário, as taxas de evasão só são importantes nas primeiras séries para as populações de baixa renda, como mostra a Tabela 3.4. Aqui observamos uma evasão generalizada entre a quarta e a quinta série (o que não é acusado nos dados oficiais). Suas causas são principalmente a falta de escolas para o segundo segmento do primeiro grau e a idade "avançada" com que os alunos terminam a quarta série, devido às altas taxas de repetência nas séries anteriores, já que o atraso no acesso é bem pequeno como já foi dito anteriormente.

É importante constatar que essa evasão entre a quarta e a quinta série diminuiu sensivelmente durante a década de 80. Já em 1988 era de 14,6% da matrícula, demonstrando que este problema está sendo superado e que o crescimento da taxa de participação a partir da quinta série está aumentando de forma significativa.

¹ As análises foram desagregadas pelas cinco regiões geográficas, pela situação do domicílio (urbano/rural) e por uma escala de posses domiciliares que correspondem aproximadamente às seguintes faixas: "Renda Baixa" — renda familiar *per capita* abaixo de um salário mínimo; "Renda Média" — entre um e dois salários mínimos; e "Renda Alta" — acima de dois salários mínimos.

TABELA 3.3

Taxas Anuais de Repetência para o Brasil e alguns Grupos da População, segundo a Série
(Em percentagem da matrícula)

SÉRIE	BRASIL	SUDESTE URBANO DE RENDA ALTA	CENTRO-OESTE URBANO DE RENDA BAIXA	NORDESTE RURAL DE RENDA BAIXA
1ª	52,4	37,4	63,6	73,9
2ª	34,2	24,7	38,9	52,4
3ª	26,5	23,3	21,5	50,4
4ª	21,5	17,3	23,1	48,7
5ª	31,8	30,4	49,0	48,4
6ª	19,2	23,0	46,4	25,5
7ª	16,5	16,1	37,7	38,6
8ª	19,5	13,6	49,6	55,8

Como consequência desta retenção nas séries iniciais a distribuição da matrícula pelas diversas séries do primeiro grau é extremamente distorcida como mostra a Tabela 3.5.

Vemos que, para o Brasil como um todo, 25,6% das matrículas de primeiro grau se concentram na primeira série, quando, se o fluxo de alunos não fosse tão "viscoso" devido à repetência, deveria conter apenas 12,5% das matrículas. Nas regiões pobres, onde a repetência é ainda maior, esta proporção chega ao absurdo de 50%.

TABELA 3.4

Taxas Anuais de Evasão para o Brasil e alguns Grupos da População, segundo a Série
(Em percentagem da matrícula)

SÉRIE	BRASIL	SUDESTE URBANO DE RENDA ALTA	CENTRO-OESTE URBANO DE RENDA BAIXA	NORDESTE RURAL DE RENDA BAIXA
1ª	2,3	0,8	4,8	5,8
2ª	4,2	1,7	12,2	13,6
3ª	7,0	2,7	28,9	17,8
4ª	18,4	10,9	45,4	30,4
5ª	8,5	6,6	20,2	19,8
6ª	8,8	7,2	16,8	19,5
7ª	10,7	9,5	31,7	21,7

Fonte: Modelo Profluxo, aplicado aos dados da PNAD-82.

TABELA 3.5

Distribuição das Matrículas de Primeiro Grau para o Brasil e alguns Grupos da População, segundo a Série

(Em proporções de uma geração)

SÉRIE	BRASIL		SUDESTE URBANO DE RENDA ALTA		NORDESTE RURAL DE RENDA BAIXA	
	PROP.	(%)	PROP.	(%)	PROP.	(%)
1ª	1.944	25,6	1.577	18,0	2.464	48,7
2ª	1.295	17,0	1.294	14,8	1.049	20,7
3ª	1.088	14,3	1.242	14,2	0.718	14,2
4ª	0.915	12,0	1.111	12,7	0.444	8,8
5ª	0.805	10,6	1.145	13,1	0.180	3,6
6ª	0.593	7,8	0.938	10,7	0.077	1,5
7ª	0.507	6,7	0.781	8,9	0.069	1,4
8ª	0.451	5,9	0.672	7,7	0.062	1,2
Total	7.598	100,0	8.760	100,0	5.063	100,0

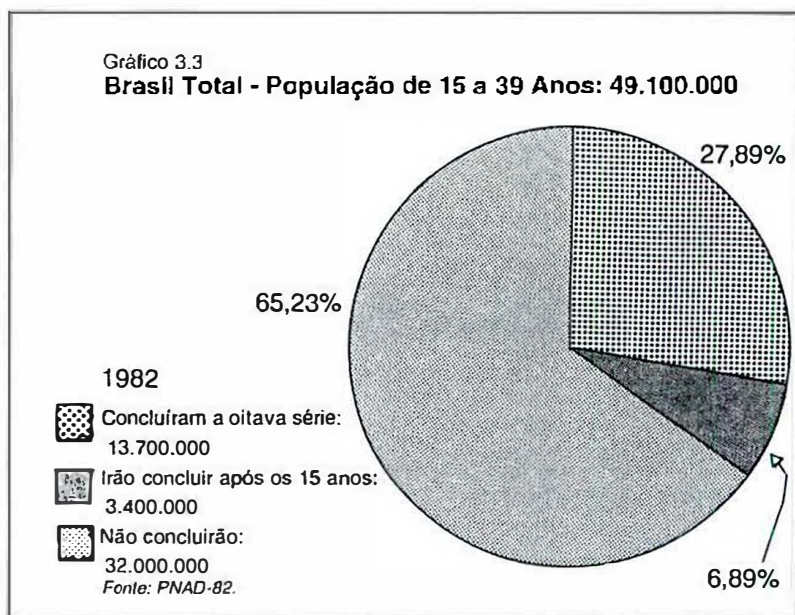
Fonte: Modelo Profífluxo, aplicado aos dados da PNAD-82.

Por esta tabela vemos ainda duas informações importantes: a primeira diz respeito ao total de gerações² que estavam matriculadas em 1982 no primeiro grau, no Brasil como um todo: aproximadamente 7,6. Mais uma vez vemos que, se todas as crianças estivessem fluindo normalmente no sistema, teríamos oito gerações matriculadas, o que em si já mostra que as famílias brasileiras tentam manter seus filhos na escola o maior tempo possível e que, em princípio, temos matrículas suficientes para absorver 95% da população que poderia estar na escola. Mais uma vez vemos a repetência como o grande empecilho à universalização da educação básica em nosso país. A segunda diz respeito à concentração de matrículas na primeira série: nada menos do que aproximadamente duas gerações. Como cerca de 93% de uma geração entram por ano na primeira série, mais de uma geração é de repetentes.

Esta situação, não detectada nos dados oficiais, mostra, em toda a sua dramaticidade, qual é o principal obstáculo à universalização da educação básica em nosso país: a *repetência*. Como resultado desta repetência, a situação dos alunos na oitava série do primeiro grau, em relação à idade, pode ser analisada no Gráfico 3.3.

2 Uma geração ou coorte de idade é o número de pessoas nascidas num ano, desprezando a mortalidade; é o número de pessoas com uma determinada idade.

Gráfico 3.3
Brasil Total - População de 15 a 39 Anos: 49.100.000



Da população de 15 a 39 anos de idade, que teoricamente já deveria ter terminado o primeiro grau, aproximadamente 7% ainda terminarão a oitava série após os 15 anos, e mais de 65% nunca irão terminá-la.

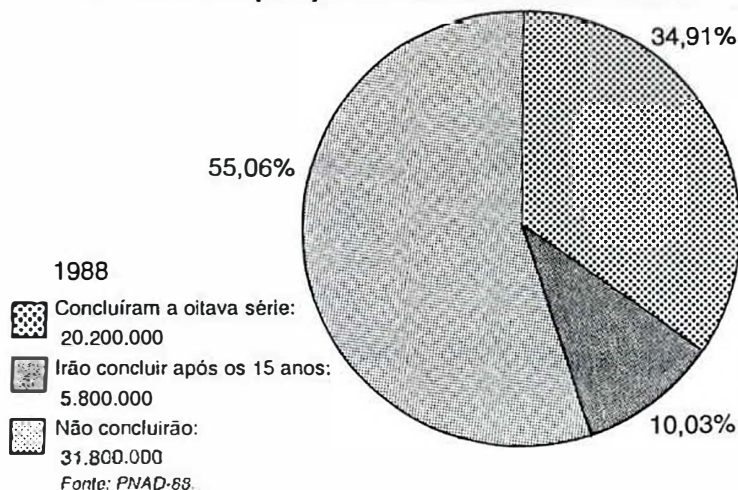
Em 1988, a situação da população de 15 a 39 anos em relação à oitava série já apresenta uma melhora significativa como mostra o Gráfico 3.4. Dos cerca de 28% que já haviam terminado o primeiro grau em 1982 passamos a 35% da população nesta faixa etária em 1988. Vemos, portanto que, do ponto de vista formal, a cobertura da educação básica na população jovem brasileira está aumentando de forma significativa.

No entanto, é bom contextualizar este dado com os de outros países do chamado Terceiro Mundo. Se estamos melhor que Serra Leão, por exemplo, não estamos melhor que o México, que, com uma renda *per capita* e uma distribuição de renda quase tão perversas quanto as do Brasil, consegue formar na escola elementar mais de 60% de uma geração.

Outro dado importante nesta análise é o número médio de anos que a população brasileira frequenta a escola de primeiro grau (incluindo aqueles que não tiveram acesso à escola). De 7,6 anos em 1982 passamos para 8,5 anos em 1988. Tempo mais que suficiente para que toda a população jovem terminasse o primeiro grau. Como a idade média de ingresso na escola é da ordem de 7,5 anos, se somarmos a permanência média na escola de 8,5 anos

Gráfico 3.4

Brasil Total - População de 15 a 39 Anos: 57.800.000



vemos que a idade mais provável de evasão é em torno dos 16 anos, independentemente da série que o aluno estava cursando.

Estes dados mostram claramente que o que está em jogo não é a evasão precoce da escola como os dados oficiais indicam, mas as fantásticas taxas de repetência no sistema de primeiro grau que impedem a universalização da educação básica no Brasil.

3.3 - A Repetência na Primeira Série

Os dados mostrados anteriormente revelam que, de todos os problemas de fluxo de alunos no sistema formal de ensino, a repetência na primeira série é o mais grave e preocupante, o que não tem sido devidamente levado em consideração nas pesquisas educacionais.

Cálculos realizados recentemente³ revelam que, para o Brasil como um todo, a probabilidade de um aluno novo na primeira série ser aprovado é quase o dobro da probabilidade daquele que já é repetente na série. Isto mostra que a repetência tende a provocar novas repetências, ao contrário do que

³ *Análise de Sistemas de Ensino. Uma Abordagem Demográfica*, projeto financiado pela Ford Foundation, UNCC/CNPq (em andamento).

sugere a cultura pedagógica brasileira de que repetir ajuda a criança a progredir em seus estudos.

Ao analisarmos a probabilidade de reprovação para populações urbanas pobres do Nordeste, verificamos que a probabilidade de promoção para os alunos novos na primeira série é próxima de zero, sobe para aqueles que já têm uma repetência e só volta a cair para quem foi reprovado mais de duas vezes. Este dado demonstra claramente que nas escolas das classes menos favorecidas de nossa população existe uma determinação política (ainda que não-explicita) de reprovar sistematicamente todos os alunos novos. Esta prática mostra claramente a tragédia e perversidade de nosso sistema educacional. A primeira série é feita em pelo menos dois anos com uma crueldade no meio — uma avaliação (real ou simbólica) é realizada após o primeiro ano em que é imputado ao aluno um fracasso que já tinha sido definido *a priori* pela cultura do sistema educacional.

3.4 - A Evasão na Quarta Série

Se observamos as Tabelas 3.2 e 3.4, vemos que a taxa de evasão sofre um aumento brusco da quarta para a quinta série do primeiro grau no país como um todo e nos diversos grupos da população brasileira.

Este aumento se deve a várias causas distintas, mas interligadas:

- a) faltam escolas da quarta série em diante;
- b) a escola elementar de oito séries, prevista na Lei 5.692/71, ainda não foi realmente implantada e parte da população ainda se contenta com a antiga norma do curso primário de quatro séries;
- c) as repetências nas quatro primeiras séries é de tal magnitude que os indivíduos ficam "velhos" em relação à série em que ainda estão cursando e abandonam a escola.

A importância de cada um desses fatores na causa da evasão não é possível medir. Sabe-se pelas pesquisas e estudos de caso na área que esses fatores têm pesos diferentes dependendo da situação do domicílio e principalmente do nível socioeconômico da família.

3.5 - Causas e Conseqüências

É difícil precisar como se instalou no Brasil uma situação como esta. Mas análises semelhantes realizadas na década de 40, utilizando dados do início da década [Freitas (1940 e 1947)], já mostram que, apesar de o acesso à educação básica ser de apenas 65% de uma geração, a repetência na primeira série do antigo curso primário era da ordem de 60%. Parece que nos últimos 50 anos conseguimos, em termos de eficiência do sistema de ensino básico,

umentar a cobertura sobre a população de 65% para os atuais 93%, reduzindo a taxa de repetência na primeira série em apenas 6%.

As teses e pesquisas realizadas nesta área raramente mencionam a ordem de grandeza deste percentual nem o fato de ser alta mesmo nas camadas mais privilegiadas da população, seja por falta do dado, ou por não o considerarem relevante. O que se depreende daí é que se toma como um fato “natural” uma repetência desta ordem. As teorias que procuram explicar a reprovação nas escolas cobrem um largo espectro de análises marxistas de dominação e poder, de teorias de reprodução social, de prontidão e de privação cultural, entre outras. Estes modelos podem explicar, em princípio, a natureza do fenômeno mas não sua ordem de grandeza. Divide-se a análise entre a escola da classe dominante e a das classes populares. No entanto, a repetência não é privilégio da escola dos pobres e muito menos da escola pública. Uma análise sobre a distorção idade-série (consequência direta da repetência), com dados de 1982, mostra que se controlarmos para o nível socioeconômico da clientela não há diferença entre escolas públicas e privadas.⁴

Como explicar o fato de a repetência ser tão alta em todos os estratos sociais? Existiria uma pedagogia da repetência? Seria este um componente cultural de nossa práxis pedagógica? Ou apenas uma consequência da ineficiência do sistema?

Parece que, na própria historicidade do processo educacional brasileiro, falta uma visão clara do modelo de escola a partir do qual se deu a expansão do sistema.

Mesmo correndo o risco de ser simplista e reducionista achamos que a prática da repetência está na própria origem da escola brasileira. O mesmo modelo de ensino da elite em que o papel do professor era muito mais de preceptor da educação orientada pela família do que auto-suficiente do ponto de vista do processo de ensino-aprendizagem. É como se a escola tivesse apenas um papel de administradora da educação formal que seria realizada, em casa, pela família.

As análises antropológicas até hoje realizadas mostram claramente na cultura do sistema a imputação do fracasso escolar ora aos próprios alunos, ora a seus pais, ora ao sistema sociopolítico, raramente aos professores, à sua formação, ou à organização escolar.

Parece que a prática da repetência está contida na pedagogia do sistema como um todo. É como se fizesse parte integral da pedagogia, aceita por todos os agentes do processo de forma “natural”. A persistência desta prática e da proporção desta taxa nos induz a pensar numa verdadeira metodologia

4 Nelson do Valle Silva, comunicação pessoal, 1990

pedagógica que subsiste no sistema apesar de todos os esforços no sentido de universalizar a educação básica no Brasil.

É sintomático perceber que o esforço das famílias brasileiras em manter seus filhos na escola não se traduz numa escolarização mais competente. Tudo leva a crer que nunca houve uma real função educadora de forma auto-suficiente da escola. Hoje a escola é um restaurante, um ambulatório médico, uma creche ou um depósito de crianças. Raramente encontramos uma escola que pretenda que seu processo de ensino-aprendizagem formal se esgote intramuros, independente da situação da criança.

Com estes raciocínios faz algum sentido o fato de que o forte interesse da sociedade brasileira pela educação de suas crianças possa conviver com a aceitação, pela sociedade, dos baixos salários e da pouca competência dos nossos professores.

Aos pais interessa mais a frequência à escola do que a sua qualidade. É impressionante o fato de que no Brasil hoje a população escolar frequenta a escola de primeiro grau, em média, por mais de 8,5 anos, conseguindo terminar, em média, apenas seis séries. E nada ou pouco se sabe, do ponto de vista cognitivo, o que significam estas seis séries.

Mesmo nas escolas privadas, ditas de elite, verifica-se o esvaziamento da competência (e do salário) do professor. Percebe-se que se torna cada vez mais difícil substituir, com a mesma competência, os professores da elite que estão se aposentando ou morrendo. As universidades públicas (mais competentes) se negam à tarefa de formação dos docentes de primeiro e segundo graus; esta tarefa fica relegada às instituições privadas que são de qualidade duvidosa, já que os alunos que procuram hoje estas carreiras têm baixo poder aquisitivo e não poderiam sustentar uma formação competente em instituições empresariais.

Um último dado que seria útil mencionar é o número de "alunos-anos" de instrução recebida pela população para formar um único aluno na oitava série: 21 "alunos-anos". Isto mostra que com toda a repetência e evasão que ocorrem, perdem-se 13 anos de instrução para cada aluno que se forma no primeiro grau (caso não houvesse repetência e evasão seriam necessários apenas oito "alunos-anos" de instrução para cada aluno formado no primeiro grau). Mesmo sem levar em conta o custo deste "desperdício" é fácil perceber que, neste passo, dificilmente chegaremos algum dia à universalização da educação fundamental em nosso país.

Falta na sociedade de um modo geral a preocupação com a qualidade da educação recebida. O único (e último) momento em que se tenta fazer uma avaliação do domínio cognitivo dos alunos é por ocasião do vestibular, e aí se constata o seu baixo desempenho. É bom lembrar, entretanto, que ao vestibular concorrem apenas 15% de uma geração, e nada se sabe sobre os 85% restantes.

Aqui nos parece que uma proposta possível seria a montagem de um sistema permanente de avaliação cognitiva dos alunos que desse ao público instrumentos de cobrança da qualidade da escola. Talvez por aí teríamos um caminho que mobilizasse a sociedade para uma luta pela competência do sistema escolar.

Floje as conseqüências desse processo de retenção da população nas primeiras séries do ensino fundamental adquirem contornos muito mais importantes do que a noção de educação para a cidadania. A internacionalização da economia e da tecnologia exige um nível de alfabetização funcional que vai muito além do que desenhar o próprio nome ou ler uma mensagem simples. Tanto do ponto de vista da mão-de-obra como dos consumidores numa sociedade moderna vamos precisar de uma competência cognitiva cada vez maior *de toda a população*.

Torna-se quase ridículo pensar que a modernização do país possa ocorrer sem a universalização competente da educação fundamental. Diante do quadro descrito nunca chegaremos a ser o último país do Primeiro Mundo, mas corremos o sério risco de nos tornarmos o primeiro do "Quarto Mundo".

Bibliografia

- CUANDRA, E. *Indicators of flow rates in Honduras: an assessment of an alternative methodology*. Basic Research and Implementation in Developing Education Systems (Bridges). Dec. 1989 (Research Report Series, 6).
- DAVIS, R. G. *Planning human resource development. Educational models and schemata*. Chicago: Rand McMilland, 1966.
- . *Planning human resource development: volume II. Models and methods for systematic planning of education*. Cambridge, MA: Usaid/Harvard, 1980.
- FLETCHEIR, P. R. *A mathematical model of school trajectory, repetition and performance of first level schooling in Brazil*. Brasília: CNRUI/PEA, 1985a.
- . A repetência no ensino de 1º grau: um problema negligenciado da educação brasileira. *Revista Brasileira de Administração da Educação*, v. 3, n. 1, 1985b.
- FLETCHER, P. R., RIBEIRO, S. C. *O ensino de primeiro grau no Brasil hoje. Em Aberto*, ano 6, n. 3, 1987.
- . *Profluxo: uma realidade educacional do Brasil, aplicativo para microcomputador*. Brasília, 1988 (Tabela 1.5.2).

- . *Modeling education system performance with demographic data. An introduction to the Profluxo model*. Paris: Unesco, 1989.
- FREITAS, M. A. T. de. Dispersão demográfica e escolaridade. *Revista Brasileira de Estatística*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 497-527, 1940.
- . A escolaridade média no ensino primário brasileiro. *Revista Brasileira de Estatística*. Rio de Janeiro, v. 8, n. 30/31, p. 295-474, 1947.
- SCHIEFELBEIN, E. Repeating: an overlooked problem in Latin American education. *Comparative Education Review*, v. 19, n. 3, p. 468-487, 1975.
- SCHIEFELBEIN, E., GROSSI, M. C. Statistical report on repetition in Latin America. *Statistical methods for improving the estimation of repetition and drop-out: two methodological studies*. Paris: Unesco, p. 1-94, 1981.
- SEEC. Serviço de Estatística da Educação e Cultura. *Sinopse estatística da educação básica 1981/1982/1983*. Brasília, 1984 (Tabelas 3.2 e 3.5, p. 35, 38, 85 e 88).
- THONSTAD, T. *Analyzing and projecting school enrollment in developing countries: a manual of methodology*. Paris: Unesco, 1980.